



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JUANA COIMBRA

**A ASSEMBLEIA DE CLASSE COMO EXPERIÊNCIA EDUCATIVA-
POLÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO**

Rio de Janeiro

2011

JUANA COIMBRA

**A ASSEMBLEIA DE CLASSE COMO EXPERIÊNCIA EDUCATIVA-
POLÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) apresentada à UNIRIO como requisito parcial para a obtenção de Licenciatura Plena em Pedagogia sob a Orientação da prof^a. Dr^a. Tania Mara Tavares da Silva

Rio de Janeiro

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a todos aqueles que, como Paulo Freire, acreditam que: “O objetivo da escola é ensinar o aluno a ler o mundo e poder transformá-lo”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar o meu caminho.

À minha mãe, pelo estímulo, apoio e carinho em todos os momentos.

Ao Eduardo, meu marido, companheiro incondicional de toda vida. Seu apoio, amizade e dedicação foram fundamentais para esta realização. Merecemos juntos mais esta vitória.

Aos meus meninos, Léo e Rodrigo, que com amor e paciência compreenderam a minha ausência ao longo desses anos de faculdade.

À Prof^a. Dr^a. Tania Mara, minha linda orientadora, pelos ensinamentos e pelo apoio, sempre com palavras positivas.

À querida Kátia Geluda, minha eterna admiração. Pessoa que me ensinou que a educação está muito além dos muros da escola.

Aos meus companheiros e amigos do CEAT. Escola na qual cresci e aprendi a amar a educação.

Às professoras Lúcia, Soninha, Fátima, Nina, Karina e, aos seus alunos que gentilmente participaram deste estudo.

Aos professores e alunos da UNIRIO, que muito contribuíram para minha formação. A marca que em mim ficou pelos anos de estudo nesta nobre Universidade é indelével.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 07 |
| CAPÍTULO I - REGISTRO E DESCRIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS | 10 |
| I.1 - De volta a sala de aula: os momentos da Assembléia | 10 |
| I.2 - Assembleia 1 (23/09/2010) – 3ºAno do Ensino Fundamental..... | 11 |
| I.2.1 - Refletindo..... | 13 |
| I.3 - Assembleia 2 (30/09/2010)..... | 15 |
| I.4 - Assembléia 3 (30/09/2010)..... | 17 |
| I.5 - Assembleia 4 (07/10/2010)..... | 18 |
| I.6 - Assembleia 5 (15/03/2011)..... | 20 |
| I.6.1 - Refletindo..... | 21 |
| CAPÍTULO II - ASSEMBLÉIAS DE CLASSE..... | 23 |
| II.1 - O espaço micro: uma descrição da rotina das Assembléias..... | 26 |
| II.2 - Conjecturas e processos para se realizar Assembleias de classe..... | 28 |
| II.2.1 - Diálogo | 28 |
| II.2.2 - Aprendendo atitudes e valores | 30 |
| II.3 - Funções, organização e realização das Assembleias de classe | 31 |
| II.3. 1 – Funções | 31 |
| CAPÍTULO III – O PAPEL DO PROFESSOR | 35 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 51 |

RESUMO

A presente pesquisa objetivou compreender uma prática denominada Assembleia de Classe. Tal prática tem como fundamento a construção de um espaço dialógico em que docentes e discentes resolvem conflitos buscando um convívio harmonioso e democrático. Através da resolução dos problemas do cotidiano os educandos aproximam-se uns dos outros e do corpo docente, criando uma relação de reciprocidade, confiança e afeto, propiciando a reflexão e a construção da autonomia e de valores como ética, solidariedade e respeito. Este trabalho também tem como proposta discutir o papel do professor nas Assembleias de Classe. De acordo com PUIG, autora escolhida para fundamentar o presente estudo, o educador possui papel determinante para o desenvolvimento dialógico dos educandos e para aprendizagem de atitudes e valores. Para ampliar essa discussão serão apresentadas algumas concepções pedagógicas, além da supracitada, de autores que direta ou indiretamente trataram do tema abordado. O processo de internalização de valores e atitudes deve ser feito de forma natural na escola, através da resolução de conflitos dos alunos. Dessa forma, a Assembleia torna-se importante instrumento para a formação de cidadãos críticos e autônomos, pois nela são trabalhadas cotidianamente, inesgotáveis fontes de conscientização e desenvolvimento de competências.

Palavras Chaves: Assembleia, Aluno, Professor, Diálogo.

INTRODUÇÃO

O tema abordado na monografia será o da Assembleia de Classe e elegemos como base empírica o espaço onde trabalho, no qual as Assembleias são realizadas e como interlocutor teórico iremos privilegiar as ideias de Puig, um autor que se debruçou sobre elas e que nos ajudou a entender e analisar as vozes dos alunos e professores da escola onde trabalho.

A Assembleia de classe é, de acordo com Puig (2000), um momento organizado no âmbito escolar e mais especificamente nas salas de aula, com o objetivo de melhorar a convivência e o trabalho na escola. No momento em que ocorre a Assembleia os conflitos surgem de forma a que a partir da sua exposição e, na maioria das vezes, de sua resolução ele não extrapole a sala de aula traduzindo-se no movimento que hoje parece comum na escola que é o bullying, denominação dada ao fenômeno da violência real e simbólica que ocorre nas escolas.

É claro que a Assembleia tem alcance limitado. Mas o seu papel, pelo menos no que pude analisar do que vivenciei tem se colocado como um momento importante para professores e alunos que dela participam. As Assembleias de classe tratam de temas que envolvem relações específicas de cada sala de aula. Tomam parte da Assembleia o professor e seus alunos com o objetivo é o de aperfeiçoar a convivência e as relações interpessoais de cada classe, através de encontros semanais. É, portanto, um espaço de diálogo na resolução de conflitos que surgem no cotidiano e são fundamentais na construção de um ambiente propício para o convívio democrático. E não há democracia quando os alunos e alunas não tomam parte das decisões que envolvem situações por eles vivenciadas no ambiente escolar. Trata-se de importante ferramenta que auxilia na construção de um ambiente democrático, capacitando alunos e alunas para que mais tarde tornem-se pessoas que aprenderam a noção de cidadania, pois tal prática pode propiciar a formação de sujeitos críticos e conscientes frente à sociedade; derrubando assim o mito da neutralidade e despertando-os para a justiça social.

Como isto se faz possível?

Na dinâmica das Assembleias, as relações interpessoais são trabalhadas de forma a incentivar uma sociedade solidária, crítica, autônoma e democrática. Durante a realização da Assembleia, os envolvidos são convidados a dialogar com franqueza, mas também buscar soluções. Nelas, os papéis do professor e de seu

alunado se transformam, propiciando formas de participação mais igualitárias; permitindo assim, que alguns assuntos sejam não apenas responsabilidade do docente, mas também dos alunos e alunas.

As Assembleias também supõem dispor do espaço da turma de forma que se favoreça o diálogo que conduz a atitudes de cooperação entre seus membros. Para tal é preciso interromper a aula habitual e modificar os papéis dos alunos e alunas e do professor, de maneira que a participação seja mais igualitária, ainda que não idêntica nem com a mesma responsabilidade.

Cabe ao docente planejar a reunião onde juntos poderão falar sobre as situações vivenciadas pelo grupo ou ainda sobre um tema importante que mereça a atenção de todos. Também é uma reunião de análise do que passou, pois é um momento em que todos se dedicam conjuntamente a explorar o sentido do que foi vivido, as causas dos problemas que estão ocorrendo e os motivos que dificultam as atividades escolares.

Na Assembleia se decide e se organiza o que se quer fazer; porém também se regula a vida na sala de aula. Os resultados dessa função são, por exemplo, a organização de projetos de trabalho e normas de convivência.

É através do diálogo e da participação de todos envolvidos que uma solução é encontrada. Busca-se principalmente a resolução de problemas ligados à turma, mas também o esboço de novos projetos que venham melhorar a convivência do grupo.

A eficácia e a utilidade das Assembleias favorecem a construção de um ambiente escolar democrático que propicia a participação de todos. A comunicação, o afeto e a cooperação passam a fazer parte do cotidiano da turma que aos poucos terá a oportunidade de construir autonomia, e responsabilidade.

Ambientes autoritários, violentos e de competição impossibilitam alunos e alunas de viverem democraticamente. Portanto, se faz necessário priorizar a construção de valores como respeito, solidariedade e compreensão, incentivando-os cada vez mais nas práticas cotidianas.

Torna-se cada vez mais comum, vivenciarmos nas escolas a falta de disciplina, o auto centramento, a falta de escuta, o "Bullying" e o autoritarismo nas relações interpessoais vivenciadas nas escolas, são alguns dos maiores problemas pedagógicos e sociais vivenciados hoje pelas escolas. Tais questões comprometem a aprendizagem e o convívio. São fenômenos complexos, cujo enfrentamento requer

disposição e preparo da escola como um todo, envolvendo não apenas o professor, mas todos os funcionários.

O conflito é parte natural de nossas vidas e em nossas relações sociais nos deparamos com diferenças e semelhanças que nos obrigam a descobrir, comparar, compreender, refletir sobre nossas atitudes, pensamentos e palavras, mas também sobre os que nos cercam. É necessário ressignificar e sermos agentes de nossa própria mudança. Nas Assembleias busca-se através do diálogo, pontuar questões que estão afligindo o grupo e impedindo o bom andamento dele como um todo dentro da escola: seja durante as aulas ou durante o recreio.

Nelas, o papel do professor – suas ações e intervenções são imprescindíveis. Atuando como mediador, seu papel é o de conduzir as Assembleias. Portanto, suas características e atitudes pessoais influem no andamento e no resultado final obtido, dado que ele é o que idealiza e planeja as práticas pedagógicas para seus alunos e alunas. Assim nem todos os professores podem realizar esta prática, pois a postura democrática; o saber ouvir e interferir o menos possível é condição básica para a aprendizagem democrática.

Organizamos nosso texto de forma a que inicialmente o leitor seja convidado a participar de uma Assembleia. Assim, no primeiro capítulo iremos descrever as Assembleias nas quais participamos para poder realizar a monografia. Posteriormente iremos analisar os dados coletados tomando, como já dito no início da introdução, a reflexão de Puig que elegemos como nosso maior interlocutor, embora tenha tomado outros autores para aprofundar nossa reflexão.

No segundo capítulo buscamos conceituar e caracterizar a Assembleia e o contexto no qual a escola está inserida.

O tema central do terceiro capítulo é o papel exercido pelo professor dentro da Assembleia. Pretendemos aqui discutir características e atitudes docentes pautadas no diálogo que facilitam a criação de um ambiente propício à participação e à cooperação, principalmente no que se refere à realização de Assembleias de Classe.

Nas considerações finais iremos atentar para os alcances e limites desta prática, isto é, a relação entre o ideal e o real para então tomarmos também uma posição mais crítica em relação às Assembleias de Classe.

CAPÍTULO I - REGISTRO E DESCRIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS

O recreio acaba. O retorno para as carteiras na sala de aula traz sentimentos diversos: amizades podem ter sido desfeitas; outras nasceram; conflitos ocorridos e contidos no espaço da classe podem ter aflorado enfim, o recreio apesar de ter sido pensado como algo positivo, isto é, um momento para que as energias sejam gastas e que prepara para outro período de concentração, pode trazer seu lado negativo. Que melhor momento para realizar a Assembleia e quem sabe diminuir o impacto negativo que porventura tiver acontecido no espaço aberto da escola.

I.1 -De volta a sala de aula: os momentos da Assembléia

As Assembleias que iremos descrever aconteceram semanalmente no período de setembro de 2010 a março de 2011. Como já dito adotou-se como prática realizar as Assembleias às 16:00h após o recreio dos alunos¹, pois acreditamos que a Assembleia constituiu-se como um espaço ao mesmo tempo de solução de conflitos e reafirmação de acordos estabelecidos entre os alunos.

As Assembleias de classe que serão descritas ocorreram em uma turma do terceiro ano do ensino fundamental, durante o ano de 2010.

Em 2010 a turma do terceiro ano fundamental era composta por 12 alunas, 8 alunos e uma professora, totalizando 20 discentes na faixa etária de 9 anos. De acordo com a descrição da professora, trata-se de uma turma com pouca capacidade de escuta; heterogênea, na qual a agitação corporal acaba irradiando-se para a maioria, gerando conflitos e tumultuando o andamento das atividades propostas por ela. Por muitas vezes ela precisou interromper as atividades, reunir os alunos e alunas no sentido de rever regras e combinados. Por outro lado, é uma turma que pedagogicamente se envolve com prazer nas atividades propostas e que se dedica às suas produções.

¹ Usaremos a denominação aluno ou alunos para englobar todos e só faremos a distinção de gênero nos momentos em que se fizer necessário para a compreensão de algum evento que envolva distinção de sexos

A maioria do grupo é solidária, porém, alguns alunos e alunas têm dificuldade para lidar com frustrações, por serem autocentradas e quererem ser atendidas de imediato em seus desejos. Falam alto e ao mesmo tempo, o que incomoda a muitos. Desorganizam-se com facilidade e por isso as atividades precisavam ser bem planejadas; explicadas com clareza e delimitadas no tempo e no espaço.

Para que o trabalho da professora ocorresse com maior tranquilidade, foi preciso despertar a atenção do grupo para estas questões, bem como fortalecer a identidade da turma e o valor da democracia através de Assembleias de classe e dialogicamente.

Em 2011 acompanhamos a mesma turma, que estava no quarto ano do ensino fundamental. No referido ano, a turma aumentou seu número de alunas e passou a contar com 15 alunas, 8 alunos e uma outra professora; anualmente a turma troca de professora. Percebe-se que os resultados das assembléias ocorridas em 2010 surtiram algumas transformações na turma, que já não apresenta tanta agitação corporal e cuja capacidade de respeito recíproco e de escuta amadureceu.

Iremos agora descrever as Assembleias nas quais participamos.

I.2 - Assembleia 1 (23/09/2010) – 3ºAno do Ensino Fundamental

Na primeira etapa a professora propõe um momento de sensibilização e começa a fazê-los lembrar de quando ainda eram crianças de 3 e 4 anos...

Em seguida, pede para sentarem-se em fileira um de frente para o outro e para fazerem caretas para seus respectivos pares.

Finalmente, parabeniza os alunos e alunas que conseguiram aderir ao trabalho de descontração. A professora informa então, que o objetivo daquela Assembleia é a diversão.

Aluna P: - Professora, a MI está querendo me irritar!

Professora: O outro só consegue irritar a gente, quando a gente quer se irritar.

Aluna MI:- Minha mãe sempre diz que a irritação está dentro da gente e não fora.

Professora: *Vou pedir agora para que cada dupla ofereça sorrisos para o amigo que está de frente para mim. Quem consegue oferecer um sorriso para o amigo sem ficar rindo?*

A maioria acaba rindo.

Num quarto momento a professora pede que todos andem em volta dos colchões e que se olhem nos olhos – caso queiram podem dar uma piscadela para o outro.

Pede para imaginarem uma linha separando os colchões e em dupla darem as mãos e se empurrarem até que a linha imaginária seja ultrapassada.

Todos ficam agitados com o exercício e a professora pede ao aluno **M** que se retire da atividade e permaneça no canto da sala:

- Você não está não está conseguindo ficar no grupo.

Dando prosseguimento, ela pergunta a todos:

- Qual a primeira regra para trabalharmos em um espaço fechado?

Alguns respondem: Não gritar!

Após a atividade a professora pede que todos os alunos agora se sentem formando uma roda e diz que gostaria de lembrá-los de que o exercício que estavam fazendo não se caracteriza por ser uma competição.

A professora questiona se alguém quer falar alguma coisa, abrindo o diálogo para o grupo.

MI: *O Y ficou se gabando que é mais forte.*

A professora não responde diretamente à aluna e pergunta se alguém acha que não conseguiu atingir o objetivo do último jogo proposto.

M: *Eu não consegui porque a MC é muito forte.*

Professora: *O objetivo do jogo era ganhar?*

M: *Não.*

Professora: *Qual era o objetivo?*

I: *Só participar!*

Professora: *Então você conseguiu.*

MI: *Eu continuo achando que não consegui.*

Professora: *Quem não entendeu a regra do jogo levanta a mão.*

Apenas cinco levantam a mão.

Professora: *hoje a nossa Assembleia foi de ouvir e fazer coisas. Não foi de falar. Vamos agora fazer um teatro do oprimido com uma cena e uma interferência.*

Alguns se candidatam para a proposta e ela escolhe 4 alunos para a representação.

A cena referia-se a uma situação passada no recreio em que um colega caíra e se machucara, porém nenhum amigo se preocupou em ajudá-lo. A interferência tratou da mesma cena, porém representou-se a hipótese formulada por eles próprios de “Qual atitude solidária deveríamos ter tomado?”.

Para finalizar, todos sentam novamente em roda e a professora narra o problema que a turma enfrentou naquela semana: o sumiço do CD de uma aluna da turma.

Professora: Seria legal se a pessoa que pegou o CD assumisse ou que ao final da aula o fizesse em particular. Nenhuma identidade vai ser revelada.

Ninguém diz nada.

São 17:30h e a professora despede-se de todos encerrando a Assembleia.

No dia seguinte a professora nos contou que na hora do recreio, uma aluna a procurou e devolveu o CD. Disse que o pegou, pois gostaria que aquele CD fosse dela, mas que estava devolvendo porque entendia que não era certo ficar com ele, já que sua colega, dona do CD estava chateada.

I.2.1 - Refletindo

Podemos destacar dessa primeira Assembleia alguns pontos relevantes: um dos objetivos atingidos através da Assembleia foi o de ser disparador na construção de valores de ética. De acordo com Puig, há o que ele denomina de “primeira distinção entre as diferentes dimensões das práticas morais na escola: “práticas procedimentais” e “práticas substantivas” (PUIG, 1996, p.76).

As “práticas procedimentais” são aquelas que facilitam a criatividade e a investigação moral por parte dos sujeitos. Na Assembleia acima relatada podemos estabelecer uma ligação com o primeiro momento da Assembleia no qual houve a sensibilização, o exercício da linha imaginária seguido de breve diálogo, finalizando com o teatro do oprimido.

As “práticas substantivas” são aquelas que abrem espaço para a repetição moral. Ligada a tal prática, estaria o final da Assembleia, quando a professora gerencia uma situação delicada, e numa perspectiva dialógica e de mútuo respeito

propõe sistematicamente que a pessoa assuma o que fez, repensando o ato e retificando-o.

Para o autor, educação moral é eminentemente prática e requer a participação plena e ativa do aprendiz. Os procedimentos apelam aos valores e conduzem ao autoconhecimento e ampliação da consciência moral. Assim, pode-se estabelecer um vínculo entre valores substantivos e procedimentais.

Os procedimentos têm em verdade, um ethos democrático voltado para valores substantivos como Justiça, Igualdade e Tolerância, que podem ser universalizados. Estabelecido o vínculo entre substância e procedimento, Puig (1998) elabora uma nova forma de educar moralmente que é tanto procedimental quanto substantiva. Pode dar-se em ambientes formais e informais, mas seu espaço privilegiado é a escola, onde se faz de forma sistemática. Em termos substantivos a personalidade moral engloba valores como justiça, liberdade, solidariedade, tolerância, respeito, empatia, compromisso, responsabilidade entre outros; que se constituem como guias da ação moral. Para o mesmo autor, as ideias morais (conceitos, máximas, teorias éticas), as pautas normativas (costumes e tradições), as instituições sociais, os modelos que conformam a cultura de cada sociedade e as práticas individuais, devem ser tratadas como guias, muletas da abertura antropológica (o inacabamento humano) e, enfim, como reguladores da ação moral. Adverte, entretanto que, como todo elemento cultural, estes guias estão submetidos a processos evolutivos de mudança.

A outra questão que nos chamou a atenção foi a atuação da professora que nos levou a refletir que por mais democrática que seja uma prática, o método cartesiano está sempre presente de alguma forma, mesmo que os participantes não saibam.

Pourriol (2009) pode nos esclarecer quanto ao método cartesiano. O primeiro preceito diz respeito à clareza e distinção, ou seja, é preciso sempre evitar a precipitação e o preconceito; o segundo preceito é o da divisão das faculdades, ou seja, uma análise, uma divisão de algo complexo em várias coisas simples; o terceiro, diz respeito a invenção de uma ordem não-natural, ou seja, depois da divisão do complexo em partes simples, uma nova ordem seria inventada, indo do simples ao complexo, buscando uma facilidade em uma ordem progressiva; o quarto e último preceito seria a enumeração, “o que significa dizer que, por mais limitado que seja nosso entendimento, nenhuma verdade nos é inacessível. Basta dividir,

proceder com ordem, enumerar e sempre prestar atenção. Em suma, “basta querer; é esse o cerne do método.” (POURRIOL, 2009, p.32)

Dessa forma, podemos concluir que toda prática pedagógica, por mais democrática que seja, está relacionada a métodos, às regras e às normas. E todos esses estão relacionados à ação e à vontade, como define muito bem Lovisolo:

Considerar as normas, discuti-las e gerar novas normas são processos constitutivos da formação do cidadão. Também significa discutir e avaliar, em princípio, seus interesses em termos de utilidade e de gosto no cotidiano escolar (...) Contudo, a possibilidade de que o processo democrático de normatização leve a acordos duradouros e consensuais em relação às normas. Cada escola deveria, portanto, promover os caminhos democráticos para a concretização dessa possibilidade e, então, estar regulada por um conjunto de normas democraticamente elaboradas. (LOVISOLO, 1995, p.221)

I.3 - Assembleia 2 (30/09/2010)

Nessa Assembleia, mais uma vez a professora faz uso do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, como ferramenta para atingir o seu objetivo de conscientizar os alunos e alunas do 3º Ano. Pede que aluna L represente uma professora tentando pedir que seus alunos prestem atenção ao que está sendo proposto:

Professor escreve no quadro a tarefa de casa para que todos anotem em suas agendas, mas estes não prestam a menor atenção ao que é solicitado e ao invés disso fazem algazarra, implicam um com o outro e revidam situações de desrespeito.

Nesse momento, a professora entra em cena e solicita que eles congelem a cena na memória e reflitam em termos de comportamento, atitude de aula e cooperação. Pede em seguida que outro aluno se candidate e tente modificar a cena, ainda no papel de professor.

A aluna I se candidata para tentar reverter a cena, conseguindo o silêncio e respeito necessários, mas pede em vão que façam silêncio e que copiem o dever de casa prescrito no quadro.

Professora: Vocês acham que a I conseguiu mudar a cena? Houve alguma mudança na situação?

Todos: Não

Professora: Com o teatro do oprimido a gente vai discutir alguma coisa que está acontecendo na nossa sala. O teatro do oprimido é diferente dos outros por isso. O objetivo da professora nesse teatro que vocês acabaram de encenar era fazer com que vocês escrevessem o dever de casa na agenda. Por que será que vocês não conseguiram?

A: Porque estava muita bagunça?

T: Porque um tava implicando com o outro e tava muito barulho!

V: A L e a I falaram muito baixo.

Professora: Vocês acham que a professora precisa gritar para falar com vocês?

(Alguns respondem que sim)

M: A gente é que tinha que falar mais baixo! Daí a gente ia ouvir o que a L e a I queriam falar...

Professora: Isso que a M acabou de dizer tem a ver com respeito?

Todos: Tem!

J: Não é certo falar junto com a professora nem com os amigos. Senão ninguém vai entender nada!

Professora: Isso que a J disse é importante.

Agora a gente vai passar para o segundo momento da Assembléia. Durante essa semana nós criamos uma campanha. Alguém lembra o nome da nossa campanha?

N: Gentileza gera gentileza!

Professora: Isso mesmo. Vou formar grupos de três e cada grupo vai pensar uma situação de gentileza. Quem tem uma ideia?

G: Um cai no chão, o outro ajuda a levantar.

N: Quando alguém estiver sozinho no recreio, o outro chega lá e fala "Vamos brincar?"

A professora escolhe os integrantes dos grupos intencionalmente. Cada grupo tem 10 minutos para ensaiar a situação e 5 minutos para se apresentar.

Ela tira fotos das cenas de gentileza representadas pelos grupos:

- Chamando para brincar;
- Amarrando o cadarço do tênis do amigo;
- Ajudando o colega que caiu e se machucou a se erguer e levando-o para lavar o machucado e fazer um curativo;
- Ajudando a professora a limpar a sala de aula após um trabalho de recorte e colagem;

- Dividindo o lanche e a bebida com um amigo que esqueceu a lancheira em casa.

Ao final da Assembleia por sugestão da professora, fazem um roda e todos de pé e mãos dadas falam: "Um, dois três e já! Amigos para sempre!!"

I.4 - Assembléia 3 (30/09/2010)

Professora: Hoje vamos começar nossa Assembleia falando do comportamento de vocês na hora em que vou ao quadro escrever. O que tem acontecido nesses momentos?

A: Nós aproveitamos para conversar!

A professora propõe então a realização do teatro do oprimido para a sensibilização de todos. Após a encenação feita com a participação de quatro alunos, os alunos formam uma roda no chão e uma aluna comenta:

J: A professora escreve no quadro e todos conversam a professora vira para eles e todos fingem que estão escrevendo...

Professora: Fazendo isso, qual a atitude deles?

Y: Enganar a professora!

I: Eu acho que não é bom enganar a professora porque ela nunca engana a gente.

L: No teatro também teve muito barulho e bagunça.

Professora: Mas se der vontade de conversar, não pode?

L: Pode, mas em voz baixa.

Professora: Será que ficar fazendo bagunça e falando alto só incomoda a professora?

G: Me incomoda também, porque quando estou fazendo o dever me atrapalha.

T: Quando tá barulho, dá medo da professora brigar com a gente.

O: Eu não consigo pensar direito com muito barulho.

Professora: E por que dá medo da professora brigar com a gente?

G: Porque ela grita.

V: Porque ela é brava!

Professora: Quem acha que eu sou muito brava, honestamente!?

Oito crianças levantam a mão.

Professora: Esse assunto vai ficar para a próxima Assembleia, para o próximo teatro do oprimido.

A **I** pediu duas vezes para a **O** chegar prá lá. Vocês acham que ela deve chegar?

V: Sim.

Professora: Qual é a nossa campanha?

V: Gentileza gera gentileza.

Professora: Agora a gente vai mudar essa cena. Quem gostaria de interpretar a cena de um modo diferente?

J encena a professora escrevendo no quadro e **G, O** e **V** encenam as crianças fazendo as atividades, conversando em voz baixa e sem fazer bagunça.

Professora: E então? Imaginem essa cena no nosso dia a dia. Não seria mais agradável para todos nós?

Todos batem palmas e gritam.

Professora: E o que a gente conversou agora? Não é para a gente conversar sem gritar?

Todos concordam.

Em seguida, a professora os faz perceber que além de prejudicarem àqueles que querem prestar atenção, também estavam prejudicando a si mesmos e faltando com o respeito necessário aos relacionamentos. (O tema foi levado à Assembleia em comum acordo entre alunos, alunas e professora, já que a situação chegara a um limite indesejado)

1.5 - Assembleia 4 (07/10/2010)

Essa Assembleia foi realizada fora da sala de aula, num espaço apreciado por todos, denominado “Laguinho”. Nele, encontramos uma fonte de água em estilo bizantino, isto é, com peixes e rodeada por plantas.

Professora: Eu vou pedir que vocês andem e explorem o espaço, observando tudo ao redor de vocês. Gostaria que vocês tentassem sentir o cheiro desse espaço e percebessem o que a gente está sentindo. Quando eu bater duas palmas eu vou querer que os meninos fiquem de frente para as meninas.

O nome desse jogo de teatro que vamos fazer agora é “espelho”. Um grupo de meninos vai fazer uma expressão e as meninas vão imitar. A intenção aqui é a de entrar em contato consigo e com o outro.

Agora vai mudar! Os meninos vão imitar o que as meninas estão fazendo. Vamos ser um espelho mesmo! É hora de segurar o riso. Vamos ver quem consegue imitar mesmo!

Já está bom. A atividade vai mudar de novo. A gente vai ocupar o espaço andando e vai pensar qual é o lugar desse espaço que a gente mais gosta. Quando encontrar esse lugar, pode parar nele. Só não vale no laguinho. Vamos ficar um minuto nesse lugar, pensando e em silêncio total. Só olhando para esse lugar que a gente escolheu. Vamos curtir esse um minutinho de silêncio.

Professora: Agora vamos sentar na roda e quem quiser falar como se sentiu, pode falar.

J: Eu achei difícil, mas gostei. No final eu consegui.

O: Eu me senti mal. Queria conversar com alguém, mas não podia.

L: Eu adorei

Professora: Quem foi que não conseguiu fazer um minuto de silêncio? (Quatro alunos levantam o dedo). No final eu vou repetir essa proposta e fazer um desafio para essas quatro pessoas. Será que vão conseguir ficar em silêncio?

Na Assembleia passada a gente chegou à conclusão de que o final do dia estava uma bagunça e vocês falaram também que a professora andava muito brava e a gente fez um combinado de tentar mudar na semana seguinte. Agora eu pergunto. A gente conseguiu? Essa semana a gente fez diferente?

R: Acho que não foi diferente.

Y: Acho que você está falando mais baixo.

H: Acho que a gente fez menos barulho.

Professora: Vocês acham que a gente fez menos barulho?

Todos levantam a mão.

Professora: Nós já vamos voltar para tocar no assunto desta semana. Antes vamos ao desafio. Vamos deitar e fazer um minuto de silêncio... Vamos nos levantar com calma. Agora: palmas para a nossa semana! (Todos conseguiram fazer um minuto de silêncio).

A professora encerrou a Assembléia e felicitou a turma pelo esforço de se disciplinarem. Segundo ela, a turma teve uma sensível melhora no decorrer da semana seguinte.

I.6 - Assembleia 5 (15/03/2011)

A última Assembleia que iremos descrever realizou-se com a mesma turma, cursando agora o 4º do ensino fundamental. A turma que em 2010 contava com 20 participantes, passou a contar em 2011 com 23; sendo 15 alunas e 8 alunos, além da professora. A faixa etária em sua maioria é composta por alunos e alunas de 10 anos.

A professora nos disse que desde o início do semestre, os alunos e alunas vinham conversando entre si a respeito de sexualidade e que pela primeira vez permitiram que ela entrasse na conversa. Fizeram várias perguntas sobre o tema e surgiu a ideia de realizarem uma Assembleia sobre o tema sexualidade.

Professora: A gente combinou que não vai tratar a sexualidade com vulgaridade e sim como algo normal do ser humano. Quais os temas que vocês gostariam de abordar hoje? Sobre que assuntos vocês têm mais curiosidade e gostariam de estar conversando?

Depois de algumas discussões, eles elegem os temas e a professora os escreve no quadro:

- 1- Menstruação;
- 2- Masturbação;
- 3- Desenvolvimento do corpo (aluna diz: crescimento do peito);
- 4- Contraceptivos;
- 5- Puberdade (aluna diz: cecê danado)!

Professora: Eu trouxe alguns livros para a nossa Assembleia e vamos começar pela puberdade... Pede para a J ler.

J: É a primeira etapa da adolescência...

Professora: Vocês estão na primeira etapa da adolescência. É possível então querer viver a última etapa sem ter vivido a primeira?

Todos respondem "não". J continua a leitura e todos conversam, fazendo perguntas e dialogando sobre as respostas.

Outros alunos fazem leituras sobre os conceitos restantes e o diálogo continua com o auxílio da professora.

Num segundo momento, a professora propõe que façam dois grupos; um de meninos e outro de meninas e pede que façam o desenho do corpo humano masculino e feminino em tamanho natural, em folhas de papel 40Kg. Para o grupo dos meninos ela entrega uma figura do corpo masculino com o aparelho reprodutor bem desenhado. Para as meninas faz o mesmo, porém a figura é feminina. Então eles começam a desenhar, após fazerem o contorno do próprio corpo no papel fornecido.

Enquanto desenhavam, continuam a conversar sobre o tema e a professora mostra diversas figuras do corpo humano e pergunta para os meninos: Quando uma bola bate no saco de vocês dói?

Eles riem e respondem que sim.

Professora: Pois é. O mesmo acontece com os seios das meninas. Se uma bola bater, vai doer.

Quando terminam de desenhar, um grupo apresenta ao outro o seu trabalho.

I.6.1 - Refletindo

A professora trouxe para a Assembleia algo que os alunos estavam com necessidade de discutir e sabiamente, mesclou esse momento com ensino e aprendizagem de conteúdo de ciências, fazendo um jogo dialógico, com leituras, perguntas, respostas, muito debate e descontração.

Dessa maneira, Aquino contribui considerando que:

As Assembleias facilitam a formação de capacidades morais e a aquisição de atitudes e valores, além de ser um bom momento para otimizar a vida do grupo-classe, é evidente que os educadores devem atentar a ambas finalidades. Ou seja: devem permitir que sejam focalizados os temas que interessam ou preocupam o grupo-classe, mas, além disso, devem valer-se dessa oportunidade para desenvolver capacidades morais desejáveis e criar hábitos orientados para o fortalecimento do modo de vida democrático. (AQUINO, 2003, p.89)

Nessas três últimas Assembleias relatadas (2, 3 e 4) notou-se o esforço da professora em compartilhar com os alunos e alunas a necessidade de transformar o

ambiente da sala de aula. A turma havia chegado a um limite que precisava ser examinado e trabalhado cuidadosamente. Através do teatro do oprimido, a professora buscou sensibilizá-los através das encenações vivenciadas. O objetivo: incorporar nas atitudes dos alunos e das alunas o despertar coletivo para questões como respeito, resiliência² e gentileza.

Percebe-se como é importante a organização da vida do grupo e como ela favorece o bom andamento das relações. Nesse aspecto o professor tem uma responsabilidade tutorial em compartilhar com seus alunos e alunas o desejo de vê-los participando ativamente dessa transformação. Todos precisam se sentir comprometidos com a evolução do grupo, tanto no âmbito da convivência como nas questões acadêmicas. No caso do grupo em questão, a indisciplina vinha atrapalhando o andamento das aulas e prejudicando a aprendizagem.

A nosso ver, a organização do grupo é um aspecto relevante e não deveria entender-se unicamente como um fim em si mesmo, mas como um meio a serviço da convivência e do trabalho escolar.

Quando todos se empenham em atingir o mesmo objetivo, a mútua aceitação e o respeito ganham força. O professor deverá não apenas motivar seus alunos e alunas, mas principalmente mobilizá-los. A mobilização vai além da motivação que muitas vezes dá e passa. A mobilização é mais profunda, pois visa a conscientização do sujeito. Ao se darem conta de que cada um pode contribuir na elaboração das normas que regulam a vida cotidiana, sentem-se mais responsáveis em mantê-los e de cobrar que os amigos se respeitem mutuamente.

² Resiliência é um conceito psicológico emprestado da física, definido como a capacidade de o indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas - choque, estresse etc. - sem entrar em surto psicológico. (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre)

CAPÍTULO II – ASSEMBLÉIAS DE CLASSE

Sabemos que um dos principais objetivos da escola é a transmissão dos conteúdos acumulados historicamente. Entretanto, seu trabalho deve também contemplar a formação dos alunos e alunas para que possam viver em sociedade de forma democrática, solidária, crítica, autônoma e participativa.

Incluir o estudo de valores de maneira formal e informal na escola é um passo importante para a transformação da sociedade. A educação não pode se limitar a repassar informações ou mostrar um único caminho (aquele que o professor considera o mais acertado), mas é também ajudar os alunos e alunas a tomar consciência de si, do outro e da sociedade.

A escola deve oferecer várias ferramentas para que os alunos e alunas possam escolher caminhos compatíveis com seus valores, com sua visão de mundo e de sujeito.

Neste capítulo iremos apresentar uma delas que são as Assembleias, que, por nossa experiência que já foi narrada no capítulo 1, é um dos caminhos que pode contribuir para que o aluno interiorize valores importantes para sua vivência em sociedade.

Como mostra a História da Educação, o modelo das Assembleias tem suas raízes na Grécia Antiga. Do que podemos perceber o que hoje se realiza nas salas de aula aproxima-se mais da paidéia Isocrática que, de acordo com Cambi é “uma paidéia do Logos como ‘palavra criadora da cultura’ colocando o sujeito em posição de autonomia, mas sempre como interlocutor da cidade ” (CAMBI, 1999, p.91). No mundo contemporâneo a cidade pode ser substituída pela sociedade.

Historicamente, a democracia originou-se em Atenas, na Grécia em 510 a. C., onde o espaço cívico ou *polis* (cidade; cidade-Estado) foi instituído.

Através da reforma de Clístenes, houve a distribuição política territorial entre as tribos. Criada a *Boulé*, o conselho de quinhentos cidadãos sorteados para participar diretamente das decisões da *polis* sobre questões políticas do cotidiano e a *Ekklesia*, a Assembleia Geral, através da qual os cidadãos reuniam-se para discutir e decidir publicamente sobre assuntos relevantes da cidade. “Está inventada a democracia (*dêmos*, os cidadãos; *kratos*, o poder; o poder do *demos*, ou dos cidadãos.) (CHAUÍ, 1994, p.111) Vale lembrar que mulheres, crianças, escravos e

estrangeiros não tinham direito ao voto e que não podiam participar das decisões políticas da cidade,. Pertenciam a um nível mais baixo da escala social, não eram considerados cidadãos.

Na Grécia antiga, eram considerados cidadãos, todos os homens livres, adultos e naturais de Atenas . Cabia a eles a discussão a respeito das decisões e destinos da *polis* na *Boulé* ou *Ekklesia*, por meio da participação direta e da decisão pelo voto. Tal participação é garantida pelos princípios de *isonomia* – “igualdade de todos os cidadãos perante a lei...” (CHAUÍ, 1994, p.111) e da *isegoria* – o direito de todo o cidadão de expressar em público (na *Boulé* ou *Ekklesia*) sua opinião, vê-la discutida e considerada no momento da decisão coletiva.”

O questionamento “quem é o cidadão? e como é a sua participação? diferenciam o modelo ateniense de democracia dos modelos contemporâneos, caracterizados estes, pela democracia representativa e pelo sufrágio universal. (MARCÍLIO, 2005, p. 86)

Através das Assembleias que serão apresentadas ao longo desse trabalho, destacamos a importância da cidadania e do direito igualitário de participação através do diálogo.

Trabalhar com Assembleias de classe significa trabalhar também com afetividade. Não se trata apenas de um trabalho cartesiano, mas antes, envolve uma integração entre elementos afetivos, cognitivos e éticos.

A educação é o resultado da instrução e da formação: da educação intelectual e da educação moral (...) o intelecto também dá forma à vida cívica e moral, (...)e a moralidade não se pode ficar à margem do conhecimento nem da sua aplicação. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.27)

O docente, portanto, deve estar aberto para a participação de todos e envolver alunos e alunas no cotidiano escolar por meio do diálogo e da ação cooperativa; é ainda instruir e formar alunos e alunas por meio da participação, preparando-os para viver e participar em uma sociedade democrática.

Questões ligadas à disciplina, a violência e ao autoritarismo nas relações pessoais, são fatores sociais que estão inexoravelmente ligados ao fazer pedagógico e vêm preocupando os docentes. Tais fenômenos são enfrentados pelas escolas e certamente comprometem a educação. Para enfrentá-los, o corpo docente

e os demais funcionários da escola precisam estar preparados, adotando uma postura dialógica e democrática.

A prática das Assembleias enquanto espaço de diálogo e participação dos alunos e alunas auxilia a construir uma disciplina reconhecida não apenas pelo professor, mas também pelos alunos.

Assim, é importante que as Assembleias sejam vistas pelos alunos e alunas como um momento em que todos possam dialogar sobre assuntos ligados ao grupo ao qual pertencem. Nelas há espaço para se encontrar soluções sobre assuntos que estejam afligindo o grupo, para que a convivência seja trabalhada e para que valores como compreensão, resiliência, responsabilidade e solidariedade sejam alvo de reflexão de todos.

Um dos principais fatores na construção de um ambiente onde todos convivam democraticamente, é a participação dos alunos, dos professores e dos funcionários nas decisões do cotidiano escolar. Baseado neste princípio surge a ideia de Assembleia de Classe cuja origem está nos gregos. (MARCÍLIO, 2005, p.8)

Dentre os autores consultados, destacamos Puig (2000) dado que ele se utiliza desse termo numa proposta ampla e coerente da busca pela formação de indivíduos críticos e autônomos e também na busca por uma escola que vise concretamente a participação escolar e a democracia nos relacionamentos.

Para o autor, a Assembleia de Classe deve ser vista como um instrumento fundamental que vai permitir aos estudantes a participação ativa do planejamento de atividades e da resolução de conflitos de convivência. É um momento no qual alunos, alunas e professores dialogam sobre assuntos de interesse comum; pertinentes ao trabalho desenvolvido e à convivência do grupo.

As Assembleias de classe devem ocorrer semanalmente e ser encaradas como uma atividade habitual e necessária ao cotidiano da turma. Dessa forma, almeja-se o crescimento de cada sujeito, na medida em que as opiniões são respeitadas e ouvidas com o intuito de melhoria no relacionamento do grupo.

Todos podem contribuir com a palavra e o leque de visões sobre um mesmo assunto é ampliado e repensado por todos, sobre diversos pontos de vista. A diversidade será sempre enriquecedora.

A prática das Assembleias enquanto espaço dialógico e de participação dos estudantes e dos professores, contribui na construção de uma disciplina reconhecida por todos e não somente imposta pelo professor. O docente será o mediador entre o

diálogo estabelecido pelo grupo. Com um pouco de sensibilidade, este poderá conhecer seus alunos e alunas em facetas que não são possíveis no dia a dia de sala de aula. É um espaço que propicia uma mudança positiva nas relações interpessoais.

o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para se transformar em tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.41)

Como vimos no capítulo 1, durante as Assembleias, os alunos e alunas podem falar sobre aspectos ligados à convivência da turma; discutir e levantar soluções, acordos ou regras que visam a resolução dos conflitos.

Alunos e alunas são levados a falar sobre seus conflitos, opiniões e sentimentos.

A participação de todos contribui para que os acordos coletivos sejam observados e cumpridos pelo grupo. Os estudantes aprendem a se colocar no lugar dos colegas de turma, a respeitar as demais opiniões e a expressar suas ideias.

As Assembleias devem ser organizadas com o objetivo de abordar temas relevantes e que sejam de interesse do alunado. Portanto, os temas não podem simplesmente serem impostos pelo professor, que, no entanto como veremos pode e deve ser um mediador importante para a resolução de conflitos. A tentativa maior, porém, é que a sala de aula possa ser o espelho de uma sociedade democrática.

II.1 - O espaço micro: uma descrição da rotina das Assembleias.

Poderíamos afirmar que a prática das Assembleias para ser funcional deve envolver temas do cotidiano dos alunos. Ou seja, não se trata de debater temas amplos, mas valorizar o micro; a classe e as inter-relações que ali são construídas no convívio diário.

Portanto, os temas a serem nelas tratados necessitam ter relação com os trabalhos escolares e atividades realizadas pelo grupo; assuntos que envolvam convivência, regras, "combinados", e as dificuldades concretas enfrentadas no

cotidiano. Quando é necessário que o professor faça uma crítica os nomes não são revelados, mas apenas atitudes que, de uma certa maneira abarcam aquela determinada turma.

Definidos os temas que serão o alvo do diálogo, é importante dispor os participantes de forma que todos possam se olhar. A turma pode se organizar num grande círculo ou semicírculo, contribuindo assim para o diálogo em grupo.

A rotina das Assembleias envolve momentos distintos: no início faz-se uma apresentação a todos acerca dos temas a serem tratados. Em seguida, surge a discussão dos temas previamente escolhidos pela turma, a busca pelas soluções e o encaminhamento para os assuntos discutidos. Para finalizar há um resumo dos acordos que foram firmados ao longo da reunião e finalmente, alunos e alunas são lembrados dos compromissos assumidos; fato que aumenta as chances de que eles se concretizem.

Os acordos e encaminhamentos firmados ao longo das Assembleias são registrados e retomados sempre que necessário. É comum haver dificuldades no cumprimento de todos eles em todos os momentos e espaços, porém os próprios colegas e professor podem auxiliar para que as regras de boa convivência não sejam esquecidas.

Puig, afirma que nas Assembleias, as palavras se tornam experiência e compromisso, adquirem força e podem motivar e comprometer os que falam:

A palavra é uma experiência que orienta os que falam para um mútuo entendimento. Isto é, mediante a palavra os interlocutores incrementam sua compreensão mútua; conseguem elaborar planos de ação, normas de convivência e projetos de trabalho; e por últimos, mediante a palavra eles se comprometem a ser coerentes com o que afirmam ou propõem. Participar em um processo de compreensão e construção conjunta mediante a linguagem compromete todos os interlocutores. Quem participa-se sente-se ligado e motivado a realizar aquilo que se pactuou.(...) As Assembléias devem buscar a máxima coerência entre a palavra e o comportamento. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.41)

Dessa forma, a Assembleia é um espaço primordial que favorece o diálogo. Nela todos podem opinar sobre situações ocorridas ou sobre fatos que estejam acontecendo e que merecem análise e busca de soluções que melhorem a vida coletiva. A Assembleia tem "...uma transcendência institucional que nenhuma outra forma de conversa escolar possui." (PUIG, 2000, p. 87). Ou seja, é por excelência

um espaço em que ao se utilizar da palavra e do diálogo, propicia elucidação e tomada de consciência.

Durante a sua realização a turma procura, através do diálogo, resolver conflitos e problemas. O que se enfatiza são relações que envolvam o afeto, a comunicação e a cooperação, o exercício da autonomia, da responsabilidade e a aquisição de atitudes e valores.

Os papéis do professor e dos alunos e alunas se mesclam, permitindo formas de participação mais igualitárias, contribuindo para a vivência e o exercício da cidadania e da democracia.

II.2 – Conjecturas e processos para se realizar Assembleias de classe

II. 2. 1 – Diálogo

De acordo com PUIG (2000), o diálogo é o motor das Assembleias.

Portanto se constitui no momento institucional destinado à fala conjunta e ao diálogo.

Sob esse ponto de vista, o diálogo ocupa o lugar de fim em si mesmo e também de meio para se atingir outros fins.

O autor deixa claro que é possível ter uma percepção precisa da importância do diálogo:

na medida em que o diálogo compreende critérios mínimos de qualidade, converte-se num dos principais objetivos das Assembleias , que estariam plenamente justificadas mesmo que somente servissem para ensinar a dialogar com o objetivo de chegar a acordos. Aprender a dialogar é uma das finalidades mais importantes da aprendizagem da vida em comum e da educação moral. (...) o diálogo é também um meio que facilita a compreensão do entorno pessoal e social e a elaboração de regras de convivência e planos de trabalho e, finalmente, um meio que provoca um compromisso ativo com respeito a tudo o que se combina coletivamente. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.44)

Nesse aspecto, é vital que durante a realização de uma Assembleia, que a palavra seja permitida a todos que dela participam. Cabe ao professor enquanto mediador, estimular seus alunos e alunas a contribuírem com suas falas. É

importante estar atento para garantir o direito igualitário da participação, estabelecendo assim o turno e o tempo de fala, para que haja equidade.

Pelo turno de fala é possível identificar com que frequência o professor “...toma a palavra ou responde – sempre, com frequência, quase nunca ou nunca – “ (PUIG, 2000, p. 148) às falas dos alunos e alunas e, ainda identificar-se após a fala de cada aluno ou aluna, se a fala seguinte será do professor ou de outros alunos e alunas. Desse modo, é possível identificar quando predomina na condução de cada Assembleia a palavra do professor ou dos alunos e alunas.

Não existe uma regra exclusiva que determine o melhor modelo de Assembleia; se aquele conduzido pelos alunos ou se o modelo conduzido pelo professor.

Algumas vezes a intervenção mais intensa por parte do docente, garante maior participação da turma. O contrário – a pouca interferência do professor, poderá ocasionar uma Assembleia com pouca organização e com distribuição injusta da oportunidade de fala e de participação.

Nas palavras do autor:

Os dois modelos têm vantagens e inconvenientes e sua eficácia depende do momento em que se decide aplica-los, da maneira de ser do educador ou educadora e do uso que fazem das suas intervenções. Ainda assim, não podemos perder de vista que o que nos interessa é a distribuição equitativa e eficaz da palavra. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.44)

No que diz respeito ao tempo de fala, existe a possibilidade de se medir a quantidade de fala; se é longa ou se é sucinta. Quanto tempo cada participante emprega para elaborar e expressar sua fala. Dessa forma é possível avaliar se há ou não equilíbrio na distribuição das falas.

Através do tempo de fala, pode-se ainda, qualificar o tipo de intervenção que o docente emprega: se costuma intervir de maneira breve e frequente, apenas para passar a vez de fala de um estudante para outro; ou se sua forma de intervenção é menos frequente, porém com maior duração e muito conteúdo. Também é possível averiguar se a forma de intervenção do professor está sendo monopolizadora ou ainda insuficiente durante o debate.

A observação dos tempos de fala dos participantes possibilita a avaliação de como se dá a distribuição das falas e indica se há necessidade de equilibrá-la.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o docente possui responsabilidade em regular o turno e o tempo de fala, de acordo com a sua forma de realizar intervenções, na maneira com que respondem aos alunos e alunas e também na forma de garantir que todos participem do diálogo.

Cada grupo apresenta características próprias, portanto não há uma fórmula engessada que exija do professor o estabelecimento de um modo específico de intervir que contribua no equilíbrio da participação de alunos e alunas.

O objeto final das intervenções docentes é o de contribuir para o bom andamento da assembléia e assegurar o diálogo.

Pensar os tipos de intervenção do professor e as particularidades que devem fazer parte de suas atitudes implica pensar a responsabilidade do professor em garantir que o princípio democrático da igualdade entre os participantes seja preservado e se faça presente. Vamos nos focar mais detidamente neste ponto, no capítulo 3 da monografia.

II.2.2 - Aprendendo atitudes e valores

Uma vez que a Assembleia é tida por espaço institucional do diálogo e da palavra, ela torna-se o espaço para a prática da democracia na escola, já que se destina a discussão de temas vinculados à vida escolar da turma e uma de suas metas é que tal momento vá além da discussão e do debate e que incentive a busca de soluções através da elaboração de propostas de mudança de atitudes e posturas que se fazem necessárias àquele grupo.

De acordo com Puig:

colocar-se no lugar dos outros (...); expressar as próprias opiniões de maneira respeitosa e compará-las com as de colegas; entender quais situações são problemáticas e comprometer-se com sua melhora; argumentar com lógica para defender uma posição pessoal. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.50)

No que se refere aos valores, o autor apresenta alguns considerados “bastante adequados” para o trabalho nas Assembleias: “Solidariedade, igualdade, respeito às diferenças, amizade, confiança ou responsabilidade...”

É muito importante que as etapas de preparação, desenvolvimento e encerramento das Assembleias, sejam seguidas e colocadas de forma responsável e com seriedade pelo professor para que os alunos e alunas se sintam mobilizados a se envolverem de forma autônoma e responsável na busca de melhoria e soluções às colocações feitas durante a discussão.

II.3 – Funções, organização e realização das Assembleias de classe

II.3. 1 - Funções

As Assembleias de Classe devem exercer três funções.

- A primeira é a função informativa. A turma pode utilizar o espaço para expor tudo o que considerar importante para o grupo.
- A segunda função está ligada a um momento de análise de situações ocorridas. Nele o grupo irá coletivamente "... explorar o sentido do que viveu, as causas dos problemas que estão ocorrendo e os motivos que dificultam as atividades escolares." (PUIG, 2000, p.87)
- A terceira função refere-se ao espaço de decisão coletiva de ações futuras; do levantamento de regras, de regulação da vida da turma; resultando por vezes em projetos de trabalho e diretrizes de convivência.

É fundamental que as Assembléias tornem-se um hábito para o grupo, sendo realizadas semanalmente seja em sala de aula, seja em algum outro espaço dentro da escola que o professor considere mais propício.

Ainda de acordo com o autor:

Uma escola democrática define-se pela participação do alunado e do professorado no trabalho, na convivência e nas atividades de integração. Uma escola democrática, porém, entende a participação como um desenvolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. (...) A participação escolar autêntica une o esforço para entender com o esforço para intervir. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.52)

Dando continuidade ao trabalho, iremos agora contextualizar a escola na qual as Assembleias se deram e das quais participei na condição de ouvinte.

O trabalho ora apresentado foi desenvolvido em uma escola particular do Rio de Janeiro, localizada entre a zona sul e a zona centro da cidade e mostra como as Assembleias de Classe podem interferir na vida social dos alunos que delas participam, na medida em que valores, respeito, ética e limites se tornam alvo de diálogo entre o docente e o seu alunado.

A escola na qual as Assembleias ocorreram, percorreu uma trajetória de lutas na busca por um espaço mais democrático na área da educação.

Em 1980, formou-se uma nova sociedade dirigente e as antigas proprietárias transformaram-na numa sociedade sem fins lucrativos, construindo assim uma nova forma de organização de trabalho: uma escola gerenciada por professores e funcionários. Instituiu-se a partir dessa ideia, um projeto inédito no País.

Para concretizar tal realidade o **Centro de Atividades Pedagógicas** foi criado.

O **CAP** é a entidade mantenedora da escola. É juridicamente responsável por todos os aspectos legais e financeiros da escola perante aos órgãos públicos.

O **CAP** não detém capital e seu planejamento orçamentário não visa o lucro. Através da seção colégio, desenvolve a ideia na qual a instituição escolar deve ultrapassar as paredes das salas de aula e atingir o todo social, numa complexa e desafiadora tarefa.

A adoção de princípios de justiça social, da valorização do sujeito e da autoria individual e coletiva são princípios básicos da filosofia institucional.

A escola na qual realizei minha pesquisa e monografia procura embasar sua proposta numa educação voltada para a cidadania. Seu trabalho escolar se dá no sentido de garantir os conhecimentos adquiridos historicamente e no cotidiano das crianças. Tem por finalidade desenvolver o autoconhecimento e uma visão crítica da realidade social e física, capacitando o indivíduo a atuar como agente de mudança.

Ser agente de mudança pressupõe valores antagônicos à competição, ao consumismo, ao conformismo à discriminação das minorias, à exploração, à alienação, à opressão e à manipulação do homem. O homem deve ser consciente de si mesmo e de suas potencialidades. Deve ainda ter capacidade de perceber, sentir e transformar a realidade que o cerca, através de uma ação reflexiva. Esta

ação, ultrapassando o nível prático-utilitário, impulsiona o sujeito na procura constante da justiça da colaboração, do respeito a si mesmo e ao outro.

A escola tem como uma de suas metas o compromisso com a transformação da atual sociedade e a formação de uma sociedade plural e justa. Não é um espaço neutro, mas um espaço político e social que valoriza conhecimentos, atitudes e procedimentos pertinentes a uma concepção de sociedade e homem.

É importante compreender que a escola não modifica a sociedade, mas ela pode contribuir para as mudanças, desempenhando o papel de ensinar criticamente e fornecendo as ferramentas básicas para o exercício consciente da cidadania, tal como Freire nos diz:

Educador e educandos, co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. (FREIRE, 1978, p.166)

A escola conta com vários anos de desafios educacionais com perspectiva de trabalhar com seus alunos e alunas na construção de sua identidade, autoestima, valores, interação social entre outros; sem esquecer os conteúdos aplicados de uma forma flexível e prazerosa, realizando assim, um espaço de investigação e construção do conhecimento. A escola como um todo segue a teoria construtivista, que leva em consideração que as crianças têm um papel ativo no aprendizado e constroem seu próprio conhecimento.

As Assembleias descritas no capítulo anterior não são construídas ao acaso. A **escola X** realiza Assembleias em todas as séries iniciais do ensino fundamental, porém de acordo com o professor de turma, elas podem ou não ocorrer semanalmente. Não há uma obrigatoriedade no cumprimento semanal das mesmas.

Mensalmente os professores desse segmento se reúnem com sua coordenação para debater assuntos pertinentes a temas de interesse comum e quinzenalmente os professores de cada turma se reúnem com a coordenadora para tratar de questões relativas àquele determinado grupo.

Existem ainda Assembléias bimestrais com os segmentos da educação infantil e do ensino fundamental I onde temas como inclusão entre outros são abordados pelo grupo, visando um aperfeiçoamento institucional.

Não é muito simples definir o que seja uma escola democrática, mas para tal tomamos a seguinte definição:

As escolas democráticas pretendem ser espaços democráticos, de modo que a ideia de democracia também se estenda aos muitos papéis que os adultos desempenham nas escolas. Isso significa que os educadores profissionais, assim como os pais, os ativistas comunitários e outros cidadãos têm o direito de estar bem informados e de ter uma participação crítica na criação das políticas e programas escolares para si e para os jovens. (APPLE, M e BEANE, J., 1997, p.18)

Trata-se, pois, de pensar a escolar como espaço privilegiado para este exercício. Só o tempo, porém, poderá nos dizer se este é (como acredita a escola) um movimento eficaz. Porém, como nos ensina a vida e que é reforçado na pedagogia, só podemos errar quando realizamos algo. A omissão é o pior dos equívocos.

CAPÍTULO III – O PAPEL DO PROFESSOR

Este capítulo pretende sistematizar algumas ideias sobre o papel, a responsabilidade e o protagonismo do professor. De acordo com Puig, a maneira de ser e de fazer de professores e professoras, gera influências educativas que determinam o tom da relação estabelecida com os alunos e alunas.

Para o autor:

A comunicação entre iguais constitui elemento imprescindível para o desenvolvimento das capacidades dialógicas e para a aprendizagem de atitudes e valores. É por meio do exercício da conversa com companheiros e companheiras, da resolução de conflitos ou da busca coletiva de acordos, que cada estudante aprenderá a considerar a opinião dos demais, a ceder diante de um argumento melhor, a colocar-se no lugar de outra pessoa, a aprofundar o seu raciocínio e a aceitar melhores soluções. Não obstante, a importância do diálogo entre iguais não deve implicar a renúncia do docente em participar dessas situações. Ao contrário, sua intervenção é necessária não só para orientar e acelerar determinadas aprendizagens, como também para tornar mais ágeis e proveitosas determinadas dinâmicas. (PUIG apud MARCÍLIO, 2005, p.46)

Os papéis destinados aos professores são diferenciados, uma vez que variam de acordo com seus conhecimentos e sua experiência. Dentro de seus deveres e responsabilidades lhes é permitido inclusive avaliar alunos e alunas e usar da autoridade de função, na exigência do cumprimento das regras escolares ou mesmo de normas sociais. Entretanto, não têm o direito de agir de forma autoritária ou injusta, sem considerar direitos universais vinculados à cidadania.

Dentro da escola, todos devem ter o direito ao diálogo, ao tratamento respeitoso, à livre expressão de seus sentimentos e à dignidade. Afinal de contas, a cidadania é caracterizada pela igualdade de direitos e mesmo dentro da democracia há diferenças nos papéis sociais e nos deveres desempenhados.

De acordo com Piaget (1932) e Pierre Bovet (1925), o respeito é fruto da coordenação entre dois sentimentos: o amor e o temor. No caso do respeito mútuo, na relação entre esses dois sentimentos o que deve prevalecer é o amor. Isto por que, é a afetividade ou o amor nas relações entre as pessoas que permite que o medo presente na relação não seja o da punição, e sim o de *decair perante os olhos do indivíduo respeitado*. Trata-se não de um medo de punição, típico de indivíduos

heterônomos³. O medo de decair, diante dos olhos daqueles a quem admiramos, é característica do sujeito autônomo, que sabe regular suas relações na reciprocidade e na consideração pelas outras pessoas.

No âmbito escolar, seria uma espécie de respeito estabelecido pelos professores que não precisam fazer uso de punições ou de ameaças autoritárias em suas relações com o seu alunado. A autoridade calcada na competência e nas relações de mútuo respeito, jamais será autoritária. Os valores adequados para o trabalho nas Assembleias: são: "Solidariedade, igualdade, respeito às diferenças, amizade, confiança ou responsabilidade." (PUIG, 2000, 117)

Ao estabelecer relações baseadas no diálogo, na confiança e na afetividade, o docente permite que os conflitos cotidianos da escola sejam solucionados de maneira democrática. A admiração que lhe é devotada permite que o medo seja transformado em respeito pela pessoa que gostam.

Sem dúvida a formação e a instrução se constituem importantes ferramentas na conduta dos professores e professoras no momento das Assembleias, mas a participação motivada, o bom senso e boa vontade devem ser somados à instrumentalização docente. Entendo que a formação também deva estar direcionada ao desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências culturais que cada aluno e aluna apresentam e com os sentimentos e emoções do sujeito em relação a si próprio e em relação ao mundo que o rodeia.

Aos professores cabe a função e a responsabilidade de exercer uma ação intencional sobre os alunos a fim de garantir os objetivos educacionais da instituição escolar, isto é, a Instrução e a Formação que embora sempre tenham sido objetivos das escolas, que foram reafirmados na sua consolidação no século 19 (MANACORDA, 1989, p.69) devem ser atualizados constantemente. Na sociedade atual onde os valores democráticos e questões como respeito à diferença são considerados fundamentais a prática da Assembleia conduzida pelo professor (não se trata de um fazer desordenado) pode ser um caminho dentre outros para que estes valores se consolidem.

³ Heteronomia segundo Piaget: O certo seria o cumprimento da regra e qualquer interpretação diferente desta não corresponderia a uma atitude correta. Autonomia segundo Piaget: Seria a legitimação das regras. O respeito a regras seria gerado por meio de acordos mútuos.

De acordo com o que já foi colocado nesse trabalho, promover relações interpessoais baseadas no diálogo, na participação e na cooperação é uma condição para a construção de um ambiente escolar democrático e aberto ao diálogo, para a formação de cidadãos e para o exercício da cidadania. A habilidade de propiciar esse tipo de relação está ligada a características e posturas docentes.

Assim:

A tarefa das pessoas adultas é levar a cabo as atividades juntamente com os jovens e as crianças, já que, provavelmente, não seriam capazes de realizá-las sozinhos. (...) trata-se de ver que uma participação completamente autônoma de alunos e alunas é um objetivo à longo prazo e que para alcançá-lo é preciso um processo de aprendizagem em que é essencial a contribuição da pessoa adulta. Não se trata, pois, de limitar o nível de participação dos/das jovens, mas de ampliar a sua eficácia formativa, graças à colaboração das educadoras e dos educadores. (PUIG, 2000, p.32)

O autor afirma assim, que as práticas pedagógicas de participação, não podem descartar o auxílio de educadores e educadoras, pois a autonomia e formação moral são objetivos que se atingem no longo prazo e, portanto, são “práticas de participação guiadas”.

Os professores e professoras devem atentar às características e atitudes que lhes são necessárias para dar suporte e ajuda aos alunos e alunas, mobilizando-os a ampliar sua participação e sua autonomia através do diálogo e da cooperação durante as Assembleias de Classe. Daí a importância da forma como os docentes participam dessa prática pedagógica e fazem as suas intervenções.

Além das atitudes e características pessoais, Puig (2002, p.54) afirma que o professor deve ser o criador, idealizador e elaborador de práticas pedagógicas caracterizadas pelo envolvimento do grupo de alunos e alunas; promovendo entre eles o diálogo, a participação e a cooperação e tendo por objetivo a transformação do grupo e de cada indivíduo.

Indivíduo e cultura devem se entrelaçar num processo vivo, ativo, participativo e significativo. Nesse processo professores e alunos se constituem protagonistas, e rompem com a ideia da educação manipuladora e passiva.

Apesar da diferença existente entre docentes e alunos em relação ao saber escolar e experiências, há momentaneamente uma “igualdade de direitos” entre eles ao se reunirem na discussão do que ocorre na escola, em sala de aula e tudo mais

que considerarem significativo e relevante no momento. No entanto, e aqui vale a ressalva, é uma igualdade relativa dado que o professor tem o papel fundamental da condução. Não se trata de ficar no mesmo nível do aluno, mas sim que simbolicamente, naquele momento os alunos se sintam com confiança para falar. Nega-se o autoritarismo, mas preserva-se a autoridade do docente. Retomaremos este ponto nas considerações finais.

Pelos motivos acima apresentados é que se faz importante, retomar quais sejam as atitudes e características indispensáveis para que os professores possam realizar o seu trabalho educativo, contribuindo para a construção de um ambiente democrático na escola e principalmente para favorecer o diálogo e a participação durante as Assembleias de classe. Tal aprendizado pode ser transferido para a vida pessoal dos alunos e alunas, enquanto cidadãos de uma sociedade democrática.

Puig (2000 op. cit) descreve como fundamento para tal objetivo que o docente tenha ou desenvolva determinadas características e atitudes.

São elas:

- **Características pessoais dos professores**

As características pessoais assinaladas como necessárias ao trabalho docente, de acordo com Puig, são as capacidades de interessar-se pelos alunos e alunas e tudo que se refira a eles, a habilidade de compreender, de valorizar e de questionar.

Das características expostas acima, destaca-se a **capacidade de interessar-se** e de estar atento pelos seus alunos e alunas, como primeira característica. Ela é fundamental para que as demais possam ocorrer. Interessar-se pelos seus alunos e alunas e pelo seu mundo, implica por parte dos professores, observá-los, trabalhar em conjunto com eles e envolver-se em seus projetos de formação pessoal.

O professor manifesta **capacidade de compreensão** na medida em que busca se colocar no lugar de seus alunos e alunas, aproximando-se de seu mundo, tendo por intenção compreender seus pontos vista e os motivos que os levam a se comportar e a agir dessa ou daquela maneira. "Compreendê-los, sem emitir juízos valorativos, permitirá uma aproximação à realidade (...) e abrirá canais de comunicação na relação interpessoal." (PUIG, 2000, p. 48)

A **capacidade de valorizar** está ligada à aptidão que o docente apresenta em reconhecer os progressos e esforços de seus alunos e alunas, suas ideias e suas ações. Diante dela, deve incentivá-los a progredir continuamente.

A **Capacidade de questionar** diz respeito ao trabalho docente voltado para auxiliar alunos e alunas a tomarem consciência das experiências vividas por eles, auxiliando-os a reconhecerem quais os motivos que os levaram a agir de uma determinada forma com seus colegas e que sentimentos experimentaram nas diferentes situações vividas. Questões ligadas à responsabilidade, ao interesse e à participação na atividade proposta. “O fato de ajudá-los a “dar nomes” a tudo isso, denota uma atitude de respeito e acolhida incondicional, que pode ser de grande ajuda no processo de construção da personalidade.” (PUIG, 2000, p. 48)

As características pessoais que apresentamos com base no nosso interlocutor primordial, contribuem para que os professores consigam desenvolver uma percepção necessária para atuarem durante as diversas etapas de realização das Assembleias: na definição e organização dos temas, nas suas intervenções durante a discussão dos pontos, nos acordos realizados e nos planos de ação.

A percepção docente está ligada à sua capacidade de leitura e compreensão das situações e tudo o que esteja relacionado a elas. Quanto mais ampla e profunda for sua compreensão, melhor.

No decorrer das Assembleias, os alunos e alunas expressam seus interesses, desejos, anseios, medos e comportamentos. A habilidade do professor é de grande valia e pode contribuir na medida em que suas atitudes pessoais e suas interferências levem em conta não apenas o conteúdo em pauta, mas também a sensibilidade de lidar com os pontos acima levantados e com outros conteúdos que apesar de não estarem em evidência se fazem presentes. Tais conteúdos precisam ser trazidos à consciência do grupo e discutidos.

A habilidade de percepção docente contribui igualmente para que, ao fazer suas intervenções, também leve em conta conteúdos implícitos na realização da Assembleia como por exemplo: a construção de capacidades psicomorais – colocar-se no lugar do outro, respeitar opiniões alheias, expressar suas opiniões, sentir-se parte do grupo e estar comprometido com ele; conteúdos voltados para a formação de atitudes – participação, cooperação, interesse por questões que envolvem o grupo, o respeito e o compromisso pessoal com os elementos do grupo e com os acordos estabelecidos; conteúdos voltados para a formação de valores – solidariedade, igualdade, justiça, responsabilidade, confiança.

Ao levar em conta esses conteúdos e expô-los aos alunos e às alunas com o intuito de que se conscientizem da sua existência conhecendo-os, o docente estará

agindo como facilitador para que eles os apreendam e para que se esforcem a viver segundo tais valores. O docente deve não apenas motivar o grupo nesse sentido, mas mobilizá-lo.

- **Atitudes pessoais dos professores**

As atitudes pessoais dos docentes são valiosas durante a realização das Assembleias. Tais atitudes devem facilitar e incentivar a participação e o envolvimento de alunos e alunas no diálogo, a busca de compreensão e de soluções, incluindo planos de ação sobre os assuntos em discussão.

Destacam-se as seguintes atitudes docentes: afetividade e respeito, acolher a diversidade, exigência e comprometimento com valores universais.

A atitude docente marcada pela **afetividade e respeito** é, segundo Puig, um aspecto fundamental para se criar um ambiente onde, alunos e alunas sintam-se à vontade para colocar suas opiniões, concordar ou discordar das opiniões dos demais participantes.

O afeto e o respeito devem ser assinalados pela ausência de julgamento de valor sobre alunos e alunas participantes, no que diz respeito às opiniões emitidas. Tal atitude também se caracteriza pela acolhida incondicional, que incentiva e dá espaço para a diversidade. A atitude de **acolher a diversidade** faz com que diferentes pontos de vista e perspectivas possam surgir; fato que estimula a expressão sincera do que é pensado e sentido.

De acordo com o autor, não se trata de impedir o consenso ou a homogeneidade no grupo, mas de permitir que aspectos individuais de cada um dos participantes possam surgir durante a Assembleia.

Outra atitude docente é a de **exigência**; com ligação direta às intervenções que podem realizar, no sentido de exigir de cada aluno ou aluna a responsabilidade, o cumprimento dos combinados, a participação, a colaboração e o envolvimento nas Assembleias. Esta atitude complementa as atitudes de respeito, de afeto e de acolhida à diversidade. Pode-se entendê-la como aquela que garantirá o máximo de aproveitamento das experiências vividas nas Assembleias de Classe, possibilitando aos indivíduos a sua transformação e o seu crescimento.

Por último, segue a **postura de neutralidade ou parcialidade** ante os conteúdos em discussão nas Assembleias de Classe. Nesse caso, o autor afirma não haver uma definição única de quando se deve manter uma atitude neutra ou

parcial, e sugere que o docente leve em conta o tipo de valor presente na discussão, para então decidir por esta ou aquela postura. Sobre tal aspecto, dá a seguinte orientação:

Quando o debate engloba valores universalmente desejáveis, o docente deve manifestar a sua adesão, defendê-la e ajudar alunos e alunas a interiorizar esses valores. Isso não nega de nenhuma maneira, a possibilidade de questionar esses mesmos valores ou de usar estratégias didáticas que permitam aos alunos e alunas redescobri-los; tampouco poupa o trabalho de ver quais são suas vantagens e limitações e de que maneira se cristalizam na realidade. Seja qual for a abordagem, o posicionamento do educador ou da educadora em favor dos valores universais deve ficar muito claro. (PUIG, 2000, p. 153)

Ante tal afirmativa é possível deduzir que a parcialidade do docente está vinculada a **valores universalmente desejáveis** como o respeito; o desejo da igualdade; o senso da justiça; o exercício do diálogo, isto é uma preparação para o futuro exercício da democracia. E, por outro lado apresentar uma visão de repúdio a discriminação; ao racismo e a violência. Portanto, se o docente não tiver cultivado a confiança dos alunos e a autoridade do adulto suas convicções soarão como inócuas aos alunos.

Entretanto, há momentos em que as discussões nas Assembleias envolvem pontos de vista divergentes. Podem ser diálogos que abordem modelos familiares, preferências ou religião, por exemplo. E nestes casos, não podemos falar em valores universais. Neste caso o docente deve deixar claro que estes são valores pessoais construídos como nos lembra Enguita (2004) na articulação entre o mundo público que tem regras e o privado, no qual o indivíduo pode ter uma posição até discordante da maioria.

Para Puig :

Manifestar adesão a esses valores, que podem não ser universais, depende de decisões pessoais não generalizáveis. Nesses casos, a pessoa adulta **não deverá explicitar sua opinião** e voltar sua intervenção para a dinâmica da discussão e para sua função de facilitadora do diálogo. Ainda que tenha opinião muito fundamentada sobre o tema em pauta, pensamos que o educador ou a educadora deve manter uma posição neutra nesses casos." (PUIG, 2000, p. 154 grifos nossos)

Acrescentamos ao proposto pelo autor que a neutralidade deve ser um dado do profissionalismo que aqui só pode ser exercido pelo silêncio. Mas, retomaremos este ponto nas considerações finais, é preciso lembrar que o docente “fala” também com ações e, portanto, este é um cuidado que deve ser tomado.

A aptidão de compreender a situação acima apresentada, é importantíssima no sentido de identificar o conteúdo explícito ou implícito nas discussões, para em seguida ter condições de decidir, com maior segurança sobre manifestar-se ou manter-se neutro.

O trecho transcrito nos lembra que o docente não pode descuidar-se de seu papel de facilitador do diálogo e das intervenções que pode lançar mão para promovê-lo.

Levando em consideração o conteúdo da discussão em pauta, cabe ao docente decidir, manifestar-se ou manter-se neutro, levando em consideração qual decisão terá a função de facilitar o diálogo.

Tanto as características quanto as atitudes docentes, se traduzem no seu modo de agir e revelam como compreendem que deva ser a educação de seus alunos e alunas.

Para Puig, o diálogo supõe uma verdadeira tarefa construtiva sobre o tema a ser discutido. O docente está comprometido a expressar sua opinião e ouvir a opinião alheia, podendo optar por modificá-las, se for o caso. Deve ainda se disponibilizar a buscar, aceitar e colocar em prática soluções e acordos colocados pelo grupo. Contudo, o docente deve estar consciente de que as capacidades dialógicas e a aprendizagem das atitudes pessoais necessárias para o diálogo dependem da idade, do desenvolvimento e do contexto em que seus alunos e alunas se inserem.

No caso dos alunos e alunas se afastarem do tema proposto para a discussão, cabe ao docente intervir de forma centrada na escolha de temas que sejam do conhecimento e do interesse do grupo, para que assim a turma não se afaste do assunto durante a discussão.

As intervenções docentes devem deixar claro quais os objetivos a serem discutidos dentro deste ou daquele tema.

Um determinado tema é discutido visando a busca de solução para um conflito ou problema, para propor ou discutir um pacto ou um acordo, ou ainda para se conhecer as opiniões do grupo sobre o tema em pauta. Afirma Puig (2000), que

conhecer os objetivos da discussão permite participações mais pontuais, sem desvios do tema proposto - sem falar da maior facilidade que terão para acompanhar as contribuições dos demais participantes.

Outro aspecto a se levar em conta são as intervenções voltadas para o que o autor denomina de autocontrole. É através do autocontrole que alunos e alunas conseguem se comprometer e cumprir pactos e acordos estabelecidos. Alguns recursos de memorização e de divulgação desses acordos e pactos são os cartazes ou mesmo o mural contendo os combinados – esses devem estar expostos de forma visível para todos.

Outra forma de intervenção docente para conquistar o autocontrole é a avaliação das Assembleias de Classe, para que o grupo possa avaliar o cumprimento ou não dos acordos combinados em Assembleias anteriores. De acordo com Puig:

será necessário destinar um tempo para analisar como está a questão dos acordos e colocá-los em dia. A avaliação não deve servir unicamente para destacar o que não funciona bem, mas ser também um bom momento para felicitar os que merecem, para incentivar a todos e para falar dos aspectos positivos da turma. (PUIG, 2000, p.170)

As intervenções precisam estar centradas no diálogo e tem por principal objetivo, o de facilitar a aprendizagem e o exercício do diálogo entre alunos e alunas. Os professores devem intervir facilitando e incentivando a participação de todos, para que manifestem seus argumentos e opiniões - porém evitando os desvios de assunto que venham a ocorrer.

O enfoque nas Assembleias deve servir para propiciar a maior participação possível de alunos e alunas nos debates e no exercício do diálogo e para tal, orienta-se que as intervenções docentes sejam breves e espaçadas, evitando-se o monopólio da discussão, bem como a imposição de suas opiniões.

De acordo com Puig (2000), é preciso que os docentes, ao manifestarem uma opinião, deixem claro que ela é uma entre as demais, sem que haja maior grau de importância que as demais opiniões expressadas. Os professores devem evitar julgamentos e discussões das opiniões apresentadas, para que não demonstrem afinidades por esta ou por aquela opinião emitida, respeitando assim as propostas do grupo e, embora em determinadas situações, seja necessário emitir um juízo o

papel do educador, nos lembra Puig deve ser o de “dirigir, de uma maneira especial, no sentido de centrar o diálogo, e não de participar diretamente.” (PUIG, 2000, p.156)

As intervenções docentes sobre o conteúdo discutido em Assembleia se justificam quando o assunto envolver valores universais. Neste caso o compromisso que os educadores possuem com tais valores deve ficar claro para o grupo.

Há uma determinada técnica de intervenção docente que facilita o diálogo: denomina-se resposta-reflexo ou teoria da reformulação. Esse tipo de intervenção docente é importante, principalmente se o grupo em questão ainda precisa de ajuda para expressar seus sentimentos e opiniões com clareza e objetividade, seja pelo nível de desenvolvimento em que se encontra, seja por timidez, ou por insegurança de se expor ao grupo.

São intervenções que visam acolher, reconhecer a opinião emitida e valorizá-la. Tais ações buscam “... resumir, interpretar, esclarecer ou reafirmar...” (PUIG, 2000, p.156) a participação dos alunos e alunas. Além de promover a escuta e a valorização da fala alheia, esse tipo de ação permite que o participante sinta-se reconhecido e valorizado. Não apenas a opinião docente é valorizada, mas também a do colega de turma.

Outra técnica de auxílio ao diálogo, consiste em fazer perguntas para os alunos e alunas. De acordo com Martins (2003), fazer perguntas é uma estratégia diária e comum entre os professores e a formulação e o tipo de perguntas deve variar conforme o objetivo e a finalidade educativa. Os autores sugerem assim, algumas perguntas que podem contribuir com as intervenções docentes durante a Assembleia, visando sempre a facilitação e a aprendizagem dialógica. Aqui seria interessante (quem sabe em outro trabalho) pensar a relação com a maêutica socrática já que em termos de práticas educativas os gregos são nossos inspiradores eternos.

O primeiro tipo de perguntas são as que indagam sobre o posicionamento dos alunos e alunas, sobretudo quando chegam rápido demais a determinadas conclusões, ou quando o docente deseja promover maior exploração do tema em debate. Perguntas como: Será que todos concordam?; Vocês pensam isso de verdade?; Alguém gostaria de propor outra solução?; Vocês pensam que isso é verdade? podem contribuir para mexer com as certezas do grupo e, de certa forma,

fazer os participantes retomarem a discussão e suas considerações, chegando talvez a outros posicionamentos e tendo a oportunidade de aprofundar o assunto.

Uma segunda natureza de perguntas são aquelas nas quais os docentes buscam conhecer a situação do grupo. Devem ser formuladas antes de se iniciar o debate na Assembleia. Perguntas como: “O que vocês sabem sobre...?”; “Alguém já leu algo sobre...?”; “Esse tema tem relação com algum assunto já discutido aqui...?” atendem a duas finalidades: conhecer as informações prévias e as afinidades do grupo com o tema a ser tratado e a de introduzir um novo tema na pauta da discussão.

Também é pertinente usar perguntas denominadas personalizadas. Tais perguntas devem ser feitas para os alunos mais tímidos, indecisos ou distraídos e tem a intencionalidade de envolver a todos no debate, evitando que se percam ou fiquem de fora por algum motivo: “Das opiniões dadas até agora, qual você achou mais adequada/interessante/oportuna?”; “E você... o que pensa do assunto?”; “Você quer que eu faça um resumo do que discutimos até agora?”

Finalmente, há as perguntas “ Por quê?”

Es la pregunta más utilizada (...) u com Ella se exige a los alumnos que profundicen en aquello que hán expresado. Em unos casos puede tratarse de buscar nuevos argumentos que justifiquen SUS opiniones y em outros casos se lês pide que piensen qué motivos han provocado uma determinada conducta. (MARTINS et al., 2003, p. 158-159)

Como se pode notar, a utilização de perguntas pode ser mais um tipo possível de intervenção docente. Porém, tais técnicas não podem ser utilizadas de forma mecânica e não são garantia de sucesso da aprendizagem e do exercício do diálogo.

Ou seja, não basta o domínio de técnicas e estratégias. A conscientização da atitude de diálogo por parte dos professores e professoras é muito importante. Essa atitude será exercitada e aprendida por alunos e alunas a partir das intervenções docentes e principalmente pela forma que serão feitas tais intervenções.

Conforme comentado em outro momento neste estudo, tanto os professores, quanto seus alunos e alunas são protagonistas desse processo educativo e, não haverá educação nem instrução em uma relação que não seja calcada sobre afeto, reconhecimento e interação entre docentes e estudantes.

As intervenções docentes só surtirão efeito se estiverem alicerçadas à intenção de se construir uma boa relação entre eles e seu alunado.

O bom relacionamento ocorre quando se criam condições para as trocas entre docentes, alunos e alunas, em situações nas quais todos aprendem, crescem e contribuem para melhorar a relação entre eles, através do diálogo.

Este capítulo buscou evidenciar elementos essenciais para a reflexão docente na busca de construir essa “boa relação” com o objetivo de auxiliar as suas intervenções e suas atitudes durante a realização das Assembleias de Classe.

Passaremos agora as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as Assembléias de classe foi motivado pelo interesse em analisar uma das maneiras formais, a partir da qual a escolar busca soluções para os conflitos que surgem em sala de aula, cada vez mais comuns no cotidiano escolar. A escola na qual trabalho e onde realizei minha pesquisa e monografia, tem por proposta central a formação de cidadãos críticos e conscientes da justiça social e da valorização do sujeito perante a sociedade.

A tomada de decisões coletivas frente aos problemas abordados é o início de um processo de conscientização e um exercício de reconhecimento das diferenças existentes, visando ao respeito mútuo - tendo em vista que essa experiência sirva a novos aprendizados.

Nas Assembléias das quais participei, percebemos que a sala de aula se tornava um lugar privilegiado para o desenvolvimento de valores universais como o respeito, a solidariedade e a justiça. Nessas ocasiões foi verificado como tais valores foram trabalhados de forma prática, sendo aplicados nos conflitos surgidos, não para que fossem solucionados de imediato, mas progressivamente, de modo a atingir seu objetivo de mudança e transformação de um grupo e de cada aluno e aluna individualmente. Certamente existem limites que esbarram na capacidade de cada indivíduo em se superar.

A Assembléia é um espaço a mais, construído coletivamente, que se volta para a experiência democrática e de cidadania e que estabelece uma maior proximidade entre os participantes seja nos vínculos, nos conflitos, nas conquistas ou mesmo nas interações.

De acordo com Aquino,

A escola tem a tarefa de aproveitar as experiências do sujeito diante da incansável aventura humana de desconstrução e reconstrução dos processos imanentes à realidade dos fatos cotidianos, buscando ampliar sua visão de mundo e almejando entender os diferentes pontos de vista e, assim, procurar traçar orientações possíveis para a realização de um espaço escolar melhor. (AQUINO, 1996, p. 52)

Em nosso trabalho, expusemos que a educação para a cidadania pressupõe formação e instrução das pessoas visando sua instrumentalização para a participação mobilizada e competente na vida política e pública da sociedade. Entendemos que tal formação precisa ter em vista o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de idéias; com as influências culturais e com sentimentos e emoções presentes no relacionamento do sujeito consigo mesmo e com o mundo que o cerca dado que: “A aprendizagem, por mais que se apóie num processo interpessoal e compartilhado, é sempre, em última instância, uma apropriação pessoal, uma questão individual” (ZABALA, 1998, p.127)

A discussão teórica a respeito das Assembléias baseou-se nos trabalhos de Josep Maria Puig (2000) e também na dissertação de mestrado de Roberta Bailoni Marcílio (2005), da Unicamp. Puig vê nas Assembleias de classe um convite ao exercício da cidadania e uma ótima oportunidade à experiência concreta da vida democrática, na medida em que as relações interpessoais são colocadas à prova dentro da sala de aula. Roberta Bailoni Marcílio considera que as Assembleias são úteis e eficazes porque as palavras que nelas se dizem adquirem força, motivam e comprometem a presença de todos os participantes.

Foi possível perceber que as idéias de Puig e Marcílio estavam presentes na nossa escola que considera esta prática como um dos instrumentos mais eficientes de que a escola dispõe para desenvolver e discutir a cidadania de forma a consolidar um modo democrático de resolução de conflitos e de enriquecimento das relações sociais. Sabemos que a escola e as famílias enfrentam, hoje, grandes dificuldades em lidar e trabalhar com as diferenças, o autoritarismo, a inflexibilidade e o individualismo. Dessa forma, educar para a convivência em sociedade e para crescer através dos desafios existentes, é fundamental para se preparar o jovem e o adulto de amanhã.

Percebemos o quanto ainda é desafiador para os educadores se desvencilharem de técnicas autoritárias em sala de aula, seguindo o modelo que muitos vivenciaram particularmente em suas vidas acadêmicas e pessoais.

É fundamental perceber que as Assembléias servem para discutir tópicos. Por exemplo, se um aluno furtou, o foco será o furto e não o aluno. A citação recorrente de um aluno ou de uma aluna dever ser trabalhada através da situação geral, sem que haja exposição dos alunos e alunas.

Quando uma determinada situação é trabalhada, oferecemos à todos os presentes, a mesma oportunidade de reflexão e de posicionamento, para que através das experiências vividas, possa haver crescimento. Cada escolha que fazemos acarreta conseqüências.

A educação baseada no diálogo, na participação e nos respeito, possibilita a construção de indivíduos autônomos. Consolidar a auto-estima dos alunos e combater o preconceito e a discriminação também são tópicos presentes nas Assembléias. Espera-se através das Assembléias, que alunos e alunas expandam sua sensibilidade em relação às necessidades dos outros e que resgatem valores éticos e morais que muitas vezes se perdem ou que deixam de ser transmitidos pelas famílias em função da sociedade materialista, superficial e corrompida na qual vivemos.

Aos poucos, os alunos e alunas que tomam parte nas Assembléias, melhoram o relacionamento interpessoal, diminuem a agressividade e aprendem novas formas de resolver conflitos. Com o passar do tempo, é possível verificar negociações mais cooperativas e justas por parte deles – não apenas na vida acadêmica, mas também na vida particular de cada um.

Certamente cada aluno e aluna traz seu próprio tempo para assimilar os novos conceitos trazidos para o grupo e sabe-se que o despertar democrático é uma conquista pessoal e intransferível. A aprendizagem democrática se aplica tanto para os docentes quanto para o alunado: o saber ouvir e deixar falar, o controle sobre posturas pessoais autoritárias, o respeito aos diferentes modos de pensar.

Quando a relação pedagógica é pautada pela mediação, o processo de humanização individual é contínuo, abrindo-se à diversidade e à pluralidade. Nesse tipo de relação, docentes, alunos e alunas são os protagonistas de seu processo de constituição e de integração.

Pensar o protagonismo de alunos e alunas como o protagonismo e a responsabilidade específica do docente na construção de uma escola democrática só será possível por meio de praticas pedagógicas significativas, como as Assembleias, nas quais a escola priorize relações interpessoais baseadas pelo diálogo, pela participação, pelo afeto e pela cooperação.

A aprendizagem da cidadania ocorre na medida em que alunos e alunas se sintam parte de uma coletividade e se mobilizem para colaborar com ela, seja através do diálogo, da reflexão sobre o grupo e sobre si mesmo, da construção de

normas que passam a ser acatadas e da valorização de valores como responsabilidade, solidariedade, cooperação e tolerância.

Conforme mencionado nesse estudo, uma escola democrática não se constitui pela vontade individual, mas no encontro entre sujeitos plurais, protagonistas nesse processo de relacionamento vivenciado num ambiente diversificado.

É inesgotável o processo de democratização dentro de uma escola e o espaço de diálogo e de participação entre todos os envolvidos no processo deve sempre ser buscado, não no sentido da perfeição, que é utopia, mas no sentido de melhorar sempre.

Concluimos o trabalho com a convicção de que a democratização escolar por meio das diferentes formas de assembleias promove uma maior autonomia por parte dos docentes, alunos e alunas e aponta caminhos que levam à educação para a cidadania e para a construção de uma escola mais prazerosa.

Por fim, queremos ressaltar que esta prática tem limitações e, portanto, não queremos afirmar que ela é uma resposta única para a transformação da sociedade. No entanto, acreditamos que ela pode fazer diferença e no momento atual não podemos abrir mão de todas as possibilidades que viabilizem a melhoria das relações de ensino-aprendizagem e a construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Normas para trabalhos monográficos**. Procedimento, NBR 6023:2002. Disponível em: <<http://www.abnt.gov.br/normas/>> Acesso em outubro 2011.

APPLE, Michael; BEANE, James A (orgs). **Escolas Democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

AQUINO, Julio G. **Indisciplina: O contraponto das Escolas Democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

BOAL, Augusto. **Civilização Brasileira**. São Paulo: Edição 7 Ano: 2005.

BOVET, Pierre. **Le sentiment regilieux ET La psychologie de l'enfant**. Neuchatel: Delachaux & Niestlé, 1925.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.

ENQUITA, M.F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artemed, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARCILIO, R.B. **A democratização das relações interpessoais na escola: um estudo sobre as assembléias de classe**. Dissertação de mestrado. UEC. São Paulo: 2005.

MARTÍN, Xus. Et.al. **Tutoria, recursos y actividades**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus Editorial, 1932/94.

POURRIOL, Ollivier. **Cinefilô: as mais belas questões da filosofia no cinema**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

PUIG, Josep M. ET AL. **Democracia e participação escolar**. São Paulo: Moderna, 2000.

_____ "As assembléias de sala de aula ou como fazer coisas com palavras". In: ARGUIS, Ricardo ET AL . **Tutoria: com a palavra, o aluno**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VOTRE, S.J. e COSTA, V.L.M (org.). **Cultura, atividade corporal e esporte**. Rio de Janeiro: Editorial Central da UGF, 1995.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
Escola de Educação – EE

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: Juana Coimbra / 20051351043

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO: A Assembleia de Classe como experiência educativa-política no ambiente escolar: Um estudo de caso.

ORIENTADOR(A): Tania Mara Tavares da Silva

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Dalton José Alves

Nota: 10 (Dez)

Considerações:

O texto de Juana Coimbra apresenta relevância acadêmica pela escolha do tema abordado e a forma como este é desenvolvido. Expondo, em sua redação, ser um trabalho de pólea, fruto de várias leituras a serem no período presentes na exposição e argumentação que embasa o trabalho. Sugere-se o desenvolvimento de tais reflexões em momentos posteriores em nível de pós-graduação, que a autora dê prosseguimento aos seus estudos e às inquietações que os trouxeram até este momento.

DATA: 10/12/2011

Assinatura: [Assinatura]

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador:

Tamiré Mare Soares de Sá

Nota:

10,0 (Dez)

Considerações:

A discente (Juane Coimbra) tratou o tema da monografia de forma exemplar tanto no que se refere aos aspectos teóricos quanto a pesquisa realizada.

Minha sugestão é que o estudo possa ser ampliado em nível de pós-graduação.

Data:

16/12/2011

Assinatura:

Tamiré Soares de Sá

RESULTADO FINAL

| Avaliador 1 | Avaliador 2 | Média final |
|-------------|-------------|-------------|
| 10,0 | 10,0 | 10,0 |

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2011.

Tamiré Soares de Sá

Prof. Orientador